



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING INTERNET**

**09/06/2014 ATÉ 09/06/2014**



# INDÍCE

---

1	BLOG DANIEL MATOS	
	1.1 FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	1
2	BLOG DO DJALMA RODRIGUES	
	2.1 FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	2
3	BLOG JOHN CUTRIM	
	3.1 DECISÕES.....	3
4	BLOG LUÍS CARDOSO	
	4.1 FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	4
5	IMIRANTE.COM	
	5.1 VARAS CRIMINAIS.....	5
6	O IMPARCIAL ONLINE	
	6.1 AÇÕES TJMA.....	6
7	SINDJUS	
	7.1 PRESIDÊNCIA.....	7
	7.2 SINDJUS.....	8
8	SITE 180 GRAUS	
	8.1 CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	9 10
	8.2 CORREIÇÕES.....	11
	8.3 PLANTÃO NO TJMA.....	12
	8.4 PONTO FACULTATIVO / FERIADO.....	13
	8.5 PRESIDÊNCIA.....	14
9	SITE ADVOGADO NEWS	
	9.1 AÇÕES TJMA.....	15 16
	9.2 CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	17
	9.3 DECISÕES.....	18
	9.4 FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	19
	9.5 PRESIDÊNCIA.....	20 21
	9.6 VARAS CRIMINAIS.....	22
10	SITE BRASIL 247	
	10.1 VARAS DA FAZENDA PÚBLICA.....	23
11	SITE IDIFUSORA	
	11.1 AÇÕES TJMA.....	24 25
	11.2 DECISÕES.....	26
12	SITE JORNAL PEQUENO	
	12.1 VARAS CRIMINAIS.....	27
13	SITE JUSBRASIL	
	13.1 AÇÕES TJMA.....	28
	13.2 CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	29
	13.3 DECISÕES.....	30
	13.4 PRESIDÊNCIA.....	31 32
	13.5 SERVIDOR PÚBLICO.....	33
	13.6 VARAS CRIMINAIS.....	34
14	SITE TV GUARÁ.COM	
	14.1 CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	35

## Portaria proíbe a entrada de pessoas armadas no Fórum Sarney Costa

Pessoas armadas não terão mais acesso ao Fórum Sarney Costa|

*O juiz Osmar Gomes dos Santos, diretor do Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís, publicou uma portaria na qual proíbe o acesso de pessoas armadas às dependências do fórum. A medida, segundo ele, foi motivada pela necessidade de manter a ordem nas dependências da unidade judicial, bem como reprimir quaisquer atos que atentem contra a segurança e integridade de magistrados, servidores e o público em geral, que procura os serviços do Poder Judiciário.*

*A portaria explica que a medida se estende a policiais civis, militares e federais, exceto àqueles que estejam no exercício da função, fazendo a escolta de presos. Ainda assim, a entrada desses policiais será pelo subsolo II do prédio. "O uso de armas letais, seja branca ou de fogo, de forma generalizada, é fator de constrangimento e intimidação a todo e qualquer ser humano", destaca Osmar Gomes na portaria.*

*O documento determina que a guarda policial do fórum exerça o controle e a fiscalização. As pessoas portadoras de armas, inclusive os policiais não compreendidos na exceção mencionada, serão encaminhados à sala própria para fins de deixarem suas armas devidamente sem munição sob custódia provisória da guarda. Essas armas ficarão no setor durante todo o tempo em que o proprietário permanecer nas dependências do fórum.*

*A portaria versa, ainda, que a custódia e a restituição se dêem mediante recibos, nos quais constarão os elementos mínimos necessários à identificação das armas e de quem as custodiou.*

*Para fins de comunicação, a diretoria enviou cópias da portaria à Corregedoria Geral da Justiça, ao Tribunal de Justiça, ao Comando Geral da Polícia Militar, à Superintendência da Polícia Federal, à delegada-geral da Polícia Civil, à Secretaria Estadual de Justiça e Administração Penitenciária e ao chefe da Guarda Policial do Fórum Desembargador Sarney Costa.*

*Fonte: Corregedoria Geral de Justiça*

## **Portaria proíbe a entrada de pessoas armadas no Fórum Sarney Costa**

*O juiz Osmar Gomes dos Santos, diretor do Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís, publicou uma portaria na qual proíbe o acesso de pessoas armadas às dependências do fórum. A medida, segundo ele, foi motivada pela necessidade de manter a ordem nas dependências da unidade judicial, bem como reprimir quaisquer atos que atentem contra a segurança e integridade de magistrados, servidores e o público em geral, que procura os serviços do Poder Judiciário.*

*A portaria explica que a medida se estende a policiais civis, militares e federais, exceto àqueles que estejam no exercício da função, fazendo a escolta de presos. Ainda assim, a entrada desses policiais será pelo subsolo II do prédio. "O uso de armas letais, seja branca ou de fogo, de forma generalizada, é fator de constrangimento e intimidação a todo e qualquer ser humano", destaca Osmar Gomes na portaria.*

*O documento determina que a guarda policial do fórum exerça o controle e a fiscalização. As pessoas portadoras de armas, inclusive os policiais não compreendidos na exceção mencionada, serão encaminhados à sala própria para fins de deixarem suas armas devidamente sem munição sob custódia provisória da guarda. Essas armas ficarão no setor durante todo o tempo em que o proprietário permanecer nas dependências do fórum.*

*A portaria versa, ainda, que a custódia e a restituição se dêem mediante recibos, nos quais constarão os elementos mínimos necessários à identificação das armas e de quem as custodiou.*

*Para fins de comunicação, a diretoria enviou cópias da portaria à Corregedoria Geral da Justiça, ao Tribunal de Justiça, ao Comando Geral da Polícia Militar, à Superintendência da Polícia Federal, à delegada-geral da Polícia Civil, à Secretaria Estadual de Justiça e Administração Penitenciária e ao chefe da Guarda Policial do Fórum Desembargador Sarney Costa.*

*Fonte: Corregedoria Geral de Justiça*

## **Representantes da OAB/MA têm reunião com presidente do TJ/MA sobre pagamento de precatórios**

*Um total de 1.800 pessoas está na fila do pagamento dos precatórios no Estado do Maranhão. Dentre esses cidadãos, há casos de pensões alimentícias, aposentados do Estado, indenizações por mortes causadas por agentes públicos e outros. Os pagamentos desses títulos já estão atrasados há dois anos, perfazendo uma dívida de 270 milhões. Não entram nessa conta, os precatórios que deveriam ser pagos agora em 2014, atualmente na casa dos R\$ 288 milhões.*

*Os dados acima foram repassados pelo secretário geral adjunto da OAB/MA, Ulisses César Martins de Sousa, e o conselheiro seccional, Ítalo Fábio Azevedo, também presidente da Comissão de Direito Tributário e Defesa do Contribuinte da Seccional Maranhense, durante reunião com a presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargadora Cleonice Silva Freire, ocorrida nesta sexta-feira, 06, na sede do TJ/MA, com a participação de advogados, para tratar sobre o pagamento dos precatórios.*

*Durante a reunião, Ulisses César Martins falou sobre a campanha "Pelo pagamento dos precatórios e dos advogados dativos JÁ!" lançada em maio deste ano pela Seccional e de como advogados, clientes e a própria sociedade tem cobrado uma solução para tema.*

*Por sua vez, Ítalo Azevedo informou que o Conselho Federal da OAB já estuda um meio de fazer uma representação junto ao Ministério Público contra os gestores públicos (governadores e prefeitos) por improbidade administrativa pelo atraso no pagamento dos precatórios. "Por isso peço à presidência deste tribunal que, em suas reuniões mensais com o governo, leve esse assunto para a pauta", solicitou.*

*A desembargadora Cleonice Silva Freire declarou que é do interesse do TJ/MA a solução do problema e que, assim como nas vezes anteriores, tratará do tema com o Governo do Estado. "Vamos encaminhar um ofício ao Governo para falar sobre o pagamento desses precatórios e tão logo haja novidades informaremos à OAB/MA", disse.*

## Pessoas armadas estão proibidas de entrar no Fórum de São Luís



Juiz Osmar Gomes, diretor do Fórum Desembargador Sarney Costa|

*O juiz Osmar Gomes dos Santos, diretor do Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís, publicou uma portaria na qual proíbe o acesso de pessoas armadas às dependências do fórum. A medida, segundo ele, foi motivada pela necessidade de manter a ordem nas dependências da unidade judicial, bem como reprimir quaisquer atos que atentem contra a segurança e integridade de magistrados, servidores e o público em geral, que procura os serviços do Poder Judiciário.*

*A portaria explica que a medida se estende a policiais civis, militares e federais, exceto àqueles que estejam no exercício da função, fazendo a escolta de presos. Ainda assim, a entrada desses policiais será pelo subsolo II do prédio. "O uso de armas letais, seja branca ou de fogo, de forma generalizada, é fator de constrangimento e intimidação a todo e qualquer ser humano", destaca Osmar Gomes na portaria.*

*O documento determina que a guarda policial do fórum exerça o controle e a fiscalização. As pessoas portadoras de armas, inclusive os policiais não compreendidos na exceção mencionada, serão encaminhados à sala própria para fins de deixarem suas armas devidamente sem munição sob custódia provisória da guarda. Essas armas ficarão no setor durante todo o tempo em que o proprietário permanecer nas dependências do fórum.*

*A portaria versa, ainda, que a custódia e a restituição se dêem mediante recibos, nos quais constarão os elementos mínimos necessários à identificação das armas e de quem as custodiou.*

*Para fins de comunicação, a diretoria enviou cópias da portaria à Corregedoria Geral da Justiça, ao Tribunal de Justiça, ao Comando Geral da Polícia Militar, à Superintendência da Polícia Federal, à delegada-geral da Polícia Civil, à Secretaria Estadual de Justiça e Administração Penitenciária e ao chefe da Guarda Policial do Fórum Desembargador Sarney Costa.*

## **Acusado de tentativa de homicídio é condenado**

*RIACHÃO - O juiz Alessandro Arrais Pereira, titular de Riachão, presidiu uma sessão do Tribunal do Júri na comarca, na última sexta-feira (6). No banco dos réus, Soannes Henrique dos Santos Mourão, acusado de crime de tentativa de homicídio praticado contra Pedro Rodrigues dos Santos. O acusado foi considerado culpado e recebeu a pena de 8 anos e um mês de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime fechado.*

*Na denúncia, Soannes Henrique, conhecido pelo apelido de "Raposão", teria tentado matar Pedro Rodrigues em dezembro de 2012, com um golpe de madeira, em frente à Boate Sklibu. Durante o julgamento, o conselho de sentença confirmou a autoria e rejeitou a tese da defesa em tentar desclassificar o crime de tentativa de homicídio para lesão corporal grave.*

*De acordo com a sentença proferida pelo magistrado, após o trânsito em julgado Soannes será encaminhado à Unidade Prisional de Balsas. A secretaria judicial ainda vai proceder ao cálculo de detração da pena porque o sentenciado estava preso preventivamente. O juiz negou o direito de Soannes recorrer em liberdade.*

*Leia outras notícias em [imirante.globo.com](http://imirante.globo.com). Siga, também, o Imirante no Twitter, Instagram e curta nossa página no Facebook. Envie informações à Redação do Portal por WhatsApp pelo telefone (98) 9209 2383.*

## Juízes maranhenses adotarão método especial de coleta de depoimento de crianças

*Práticas especiais para tomada de depoimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência estão sendo apresentadas para juízes maranhenses da infância e juventude, na Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM), até quarta-feira (11). O método já é utilizado no Estado e será expandido para mais nove comarcas polo.*

*O trabalho consiste na oitiva protegida de crianças vítimas de violência sexual em local onde elas são assistidas por profissionais treinados e permanecem fora da sala de audiência, sendo ouvidas por meio de equipamento de teleconferência.*

*O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) foi o segundo a desenvolver a experiência. O primeiro espaço equipado para oferecer atendimento especializado na escuta de crianças e adolescentes no Estado foi instalado no Fórum Desembargador Sarney Costa, em maio, pela presidente do Tribunal, desembargadora Cleonice Silva Freire.*

*Entre os palestrantes, está o desembargador José Antônio Daltoé Cezar (TJRS) - pioneiro na utilização do método, desde 2003.*

*De acordo com dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), publicados na Cartografia Nacional das Experiências Alternativas de Tomada de Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes em Processos Judiciais no Brasil (2013), existem pelo menos 40 salas especiais em funcionamento em 15 unidades da Federação, para colher depoimento de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, de forma a impedir que estas revivam o trauma sofrido.*

*ADEQUAÇÃO - Na abertura do curso, o desembargador Jamil Gedeon, que preside a Coordenadoria da Infância e Juventude do TJMA, disse que o Judiciário está cada vez mais sensibilizado com a questão e que a capacitação é forma de romper com os métodos antigos.*

*"Afim, a forma tradicional tem prejudicado emocionalmente as vítimas, ao serem ouvidas repetidas vezes por diversas autoridades", enfatizou, acrescentando que sucesso do trabalho depende do comprometimento dos diversos profissionais envolvidos no processo.*

*Para a juíza Karla Jeane de Carvalho, que atua na coordenadoria, e há quatro anos utiliza o serviço, na comarca de Coelho Neto, a iniciativa visa garantir o cumprimento dos direitos de crianças e adolescentes, humanizar e facilitar os depoimentos das vítimas, que muitas vezes têm o comportamento inibido ao serem ouvidos na presença de terceiros ou dos supostos agressores.*

*PALESTRANTES - No primeiro dia da capacitação, a juíza auxiliar Sara Fernanda Gama (1ª Vara de Execução Penal) e o promotor de justiça Cassius Guimarães Chai fizeram uma análise histórica, legislativa e jurisprudencial sobre o tema.*

*A magistrada falou sobre os métodos já adotados em outros países, a exemplo do Reino Unido, França e Argentina. "Precisamos nos atualizar e seguir as tendências internacionais, na área de Infância e Juventude. Além da capacitação, queremos informar e sensibilizar todos os envolvidos na problemática, de forma a reduzir decisivamente os índices de violência em nosso estado", orientou.*



*Na programação, o psicólogo Paulo Guilherme Rodrigues (analista judiciário do TJMA), irá discorrer sobre conceitos e definições do depoimento especial. Jacqueline Brito Oliveira, assistente social da Assembleia Legislativa do Piauí também falará sobre o tema.*

*A abertura do evento contou com a participação do secretário-geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), Paulo de Tarso Tamburini. A instituição é parceira da ESMAM na realização do curso.*

## Presidente do TJMA abre sindicância para apurar suposta irregularidade em obra

A decisão da presidente do TJMA foi encaminhada à Coordenadoria de Processos Administrativos, Disciplinares e Sindicâncias (Foto;Ribamar Pinheiro)A decisão da presidente do TJMA foi encaminhada à Coordenadoria de Processos Administrativos, Disciplinares e Sindicâncias (Foto;Ribamar Pinheiro)

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, determinou nesta sexta-feira (6) a abertura de sindicância para apurar supostas irregularidades nas obras de instalação de quatro elevadores no Fórum de São Luís, noticiadas em blogs da capital, no último dia 3 de junho.

As eventuais irregularidades citadas nos blogs se referem a desvio de verbas por parte da presidência do Tribunal de Justiça, no montante de R\$ 3 milhões, bem como o pagamento antecipado da obra objeto do contrato firmado pela gestão anterior para a aquisição e instalação dos elevadores.

Na decisão, a presidente do TJMA observa, para fins de esclarecimento dos fatos, que “não houve contrato para execução das estruturas metálicas componentes das caixas dos elevadores, cujo serviço estava sendo efetivado por empresa não credenciada para essa finalidade, o que ocasionou a suspensão imediata dos serviços pela atual presidência”.

A decisão foi encaminhada à Coordenadoria de Processos Administrativos, Disciplinares e Sindicâncias para as providências referentes à instauração imediata do procedimento investigatório.

Helena Barbosa  
Assessoria de Comunicação do TJMA  
[asscom@tjma.jus.br](mailto:asscom@tjma.jus.br)  
(98) 3198.4370

## **O benefício das atividades físicas para a saúde e o bem estar foi o tema do Programa Questão de Justiça**

9/06/2014 | 13:57

O programa "Questão de Justiça" deste sábado, 07, teve a presença dos diretores (da esquerda pra direita) Artur Estevam, Márcio Luís Andrade Souza, Benilton Brelaz, George Santos e do professor e Dança de Salão Hallan Mendes. O programa "Questão de Justiça" deste sábado, 07, teve a presença dos diretores (da esquerda pra direita) Artur Estevam, Márcio Luís Andrade Souza, Benilton Brelaz, George Santos e do professor e Dança de Salão Hallan Mendes.

O programa "Questão de Justiça - A Voz do Servidor" do último sábado, 07, teve como pauta principal "Os benefícios das atividades físicas para a saúde e o bem estar" e contou com as presenças dos membros da diretoria do Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão (Sindjus-MA), Márcio Luís Andrade Souza (Presidente em exercício); Artur Estevam (Diretor de Imprensa); George Santos (Secretário de Cultura e Promoção social) e do apresentador Benilton Brelaz (Segundo Secretário). O professor de dança de Salão Hallan Mendes foi convidado a falar sobre a nova atividade desenvolvida pela Secretaria de Cultura e Promoção Social do Sindjus-MA, o curso de Dança de Salão, cuja aula inaugural foi realizada na última sexta-feira, 06.

No primeiro bloco, Márcio Luís informou sobre as últimas atividades relacionadas aos andamentos dos processos da categoria, como expedição dos Precatórios da execução dos 11,98% da URV; o projeto das Perdas Inflacionárias dos servidores do judiciário maranhense e prioridade na implantação dos 21,7% nos vencimentos dos servidores efetivos ocupantes dos cargos de nível médio e fundamental do TJMA.

No segundo bloco, foi a vez de George Santos falar sobre a iniciativa do Sindjus-MA em ofertar para os associados e seus familiares, assim como para os funcionários do Sindicato, o curso de Dança de Salão, com o professor Hallan Mendes, que explicou os benefícios que a dança de salão traz a saúde física e mental do praticante, assim como os requisitos necessários para a prática da Dança de Salão.

Vale lembrar que as inscrições para o curso estão abertas e as aulas terão início nesta terça-feira, 10,

Para ouvir a íntegra do programa deste sábado, 07 de junho, acesse o portal do Sindjus-MA, no menu da radioweb nesta quarta-feira, às 10h, e na sexta-feira, às 16hs.

## **Corregedoria da Justiça abre inscrições para casamentos comunitários em São Luís**

A Corregedoria da Justiça do Maranhão abre inscrições para o casamento comunitário do Município de São Luís, que será realizado no 26 de julho, em local a ser definido. Os interessados em participar deverão ligar gratuitamente para o Telejudiciário (0800-707-1581) a partir desta terça-feira (10), para agendar o dia, local e horário de seu atendimento. As inscrições seguem até o dia 27 de junho ou até alcançar a meta de 1500 casais inscritos. Podem se inscrever somente pessoas que comprovadamente moram em São Luís.

O agendamento pode ser feito das 08h às 18h, exceto nos dias de jogos do Brasil, em que o Telejudiciário, assim como todo Judiciário estadual, funcionará somente até as 12h.

## **Inscrições para casamento comunitário em Carutapera terminam com 157 casais inscritos**

Um total de 157 casais se inscreveu para o casamento comunitário que a Comarca de Carutapera (538 km da capital) promove no próximo dia 26, a partir das 17h, na Quadra da Cidadania (Avenida Padre Mário Racca, Bairro Perpétuo Socorro). O encerramento das inscrições se deu na última quarta-feira, 04. Os noivos são residentes na sede da comarca (Carutapera) e termo (Luis Domingues). Preside a cerimônia o juiz titular da comarca, Alexandre Antonio José de Mesquita.

Decoração e bolo estão entre os preparativos do casamento que contará ainda com brindes a ser sorteados entre os nubentes e doados por comerciantes locais.

## **Correição no 10º Juizado Especial termina nesta sexta-feira, 06**

Terminou nesta sexta-feira (06), correição ordinária iniciada na última quarta-feira (04), no 10º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo (Av. São Luís Rei de França, nº 32. Faculdade Atenas Maranhense, Turu).

Para a ação, a juíza coordenadora dos Juizados Especiais, Márcia Cristina Coelho Chaves, e equipe da coordenação encontram-se na unidade para o trabalho de análise de processos, verificação das instalações físicas do prédio e identificação de problemas no Juizado.

A análise dos processos durante a correição se dá através do sistema de amostragem, com a inclusão dos 50 processos mais antigos e outros 50 processos aleatórios para serem analisados.

## **Desembargador José Bernardo Rodrigues permanece no plantão judicial até domingo (8)**

O desembargador José Bernardo Rodrigues responde pelo plantão judiciário de 2º grau até domingo (8). Serão recebidas apenas demandas urgentes, nas esferas cível e criminal, incluindo pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares (por motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas), decretação de prisão provisória, entre outros.

Os servidores plantonistas de 2º grau são Alyne Cruz Lopes e Mayco Murilo Pinheiro. O número do telefone disponibilizado para o plantão judiciário de 2º grau é o (98) 8815-8344.

Além das providências necessárias ao cumprimento de qualquer decisão determinada na ação, os servidores são os responsáveis pelo processamento e encaminhamento dos processos ao desembargador de plantão.

Publicado Por: Igor Leonardo

## **Serviços do Judiciário sofrem alterações em dias de jogos da seleção**

A rotina de serviços do Poder Judiciário do Maranhão sofre alterações nos dias de realização de jogos da Copa do Mundo em que a equipe brasileira entra em campo - 12, 17 e 23 de junho. Nesses dias, o expediente forense será encerrado às 12h. A alteração foi definida em portaria conjunta assinada pela presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Freire, e pela corregedora geral da Justiça, desembargadora Nelma Sarney.

De acordo com o documento, os prazos processuais com encerramento nessas datas serão automaticamente prorrogados para as 18h do dia seguinte. No 1º grau, a partir do horário de encerramento determinado pela portaria, as demandas urgentes cíveis e criminais serão atendidas pelo Plantão Judicial.



## **Presidente do TJMA abre sindicância para apurar suposta irregularidade em obra**

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, determinou nesta sexta-feira (6) a abertura de sindicância para apurar supostas irregularidades nas obras de instalação de quatro elevadores no Fórum de São Luís, noticiadas em blogs da capital, no último dia 3 de junho.

As eventuais irregularidades citadas nos blogs se referem a desvio de verbas por parte da presidência do Tribunal de Justiça, no montante de R\$ 3 milhões, bem como o pagamento antecipado da obra objeto do contrato firmado pela gestão anterior para a aquisição e instalação dos elevadores.

## **Escola judicial treina magistrados para ouvir crianças vítimas de violência**

09/06/2014

O curso foi aberto pelo presidente da coordenadoria de Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Jamil Gedeon e o secretário-geral da Enfam, o juiz Paulo de Tarso Tamburi

Escola judicial treina magistrados para ouvir crianças vítimas de violência

Tão delicado quanto os casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes é ouvir as vítimas dessas formas de violência. E para preparar os juízes a realizar adequadamente esses depoimentos, no curso de processos judiciais, a Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam) reuniu cerca de 40 magistrados com atuação na área do Direito de Família e Infância e Juventude, para treiná-los a aplicar os métodos apropriados na oitiva de crianças.

Essa forma de depoimento mais humanizado e ágil que está sendo discutido no curso, é uma recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), na busca de evitar maiores danos psicológicos, por conta de depoimentos repetidos sobre os fatos.

“Queremos evitar que a criança sofra mais, tendo que contar sobre a violência que viveu ou presenciou, em vários depoimentos que precisa prestar: no posto médico, quando busca atendimento de saúde, nas delegacias e no Judiciário. A metodologia para o depoimento especial, a qual os magistrados deverão seguir, extingue ou reduz ao máximo, o dano que seria causado pela formalidade do ato judicial”, destacou o desembargador Jamil Gedeon, presidente da Coordenadoria de Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

Além da técnica e método para o magistrado ouvir crianças e adolescentes vítimas de violência, o treinamento demonstra também a importância das salas de depoimento especiais. No Maranhão, as comarcas de Coelho Neto, Imperatriz e São Luís já dispõem de estrutura e equipe interdisciplinar (com assistentes sociais e psicólogo em apoio ao magistrado) para oitiva adequada dessas vítimas. Mais dez comarcas receberão instalações para o depoimento especial.

**TREINAMENTO** - O curso, certificado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), embasa conceitualmente o magistrado e o sensibiliza quanto ao fluxo de atendimento nos casos de violência envolvendo crianças e adolescentes, tanto quando figuram como vítimas direta, quanto como testemunhas no âmbito da violência doméstica e familiar.

A juíza Sara Fernanda Gama, do TJMA, uma das palestrantes do treinamento, destacou sua experiência com depoimento especial e identificou que essa metodologia pode ser ampliada aos casos que envolvam violência contra a mulher. “O que se propõe é um depoimento humanizado, uma metodologia humanizada, que leve em consideração os traumas psicológicos das vítimas ou testemunhas. Já tive casos de violência contra a mulher em que pude utilizar coleta de depoimento especial, em uma sala reservada, longe do agressor”, explicou a magistrada.

O desembargador José Antonio Daltoé Cezar, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, autor de obras sobre o depoimento sem dano; a magistrada Karla Jeane Matos de Carvalho - juíza da coordenadoria de Infância e Juventude do TJMA; o promotor de justiça Cassius Guimarães Chai; a assistente social Jacqueline Brito Oliveira e Paulo Guilherme Siqueira Rodrigues, analista judiciário psicólogo do TJMA, são os facilitadores desse treinamento.

Ao final do curso (11 de junho), os magistrados deverão enviar, por meio eletrônico, o trabalho acadêmico que avaliará o aproveitamento deles, para a plataforma eadenfam.stj.jus.br, acessada a partir de login e senha do magistrado.

“Estamos fazendo uma mudança de paradigma para que possamos ter um juiz bem formado para atender ao perfil da magistratura. Queremos ter em cada colega um aliado, para fornecermos sempre uma melhor prestação jurisdicional, e isso começa com a qualificação da magistratura”, afirmou o secretário-geral da Enfam, Paulo de Tarso Tamburini.

Comunicação ESMAM

## Juízes maranhenses adotarão método especial de coleta de depoimento de crianças

09/06/2014

Mais de 30 magistrados participam do evento na ESMAM. (Foto: Ribamar Pinheiro)

Juízes maranhenses adotarão método especial de coleta de depoimento de crianças

Práticas especiais para tomada de depoimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência estão sendo apresentadas para juízes maranhenses da Infância e Juventude, na Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM), até quarta-feira (11). O método já é utilizado no Estado - em Coelho Neto e Imperatriz - e será expandido para mais nove comarcas polo.

O trabalho consiste na oitiva protegida de crianças vítimas de violência sexual em local onde elas são assistidas por profissionais treinados e permanecem fora da sala de audiência, sendo ouvidas por meio de equipamento de teleconferência.

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) foi o segundo a desenvolver a experiência, no país. O primeiro espaço equipado para oferecer atendimento especializado na escuta de crianças e adolescentes no Estado foi instalado no Fórum Desembargador Sarney Costa, em maio, pela presidente do Tribunal, desembargadora Cleonice Silva Freire.

Entre os palestrantes, está o desembargador José Antônio Daltoé Cezar (TJRS) - pioneiro na utilização do método, desde 2003.

De acordo com dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), publicados na Cartografia Nacional das Experiências Alternativas de Tomada de Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes em Processos Judiciais no Brasil (2013), existem pelo menos 40 salas especiais em funcionamento em 15 unidades da Federação, para colher depoimento de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, de forma a impedir que estas revivam o trauma sofrido.

ADEQUAÇÃO - Na abertura do curso, o desembargador Jamil Gedeon, que preside a Coordenadoria da Infância e Juventude do TJMA, disse que o Judiciário está cada vez mais sensibilizado com a questão e que a capacitação é uma forma de romper com os métodos antigos.

“Afim, a forma tradicional tem prejudicado emocionalmente as vítimas, ao serem ouvidas repetidas vezes por diversas autoridades”, enfatizou, acrescentando que o sucesso do trabalho depende do comprometimento dos diversos profissionais envolvidos no processo.

Para a juíza Karla Jeane de Carvalho, que atua na coordenadoria, e há quatro anos utiliza o serviço, na comarca de Coelho Neto, a iniciativa visa garantir o cumprimento dos direitos de crianças e adolescentes, humanizar e facilitar os depoimentos das vítimas, que muitas vezes têm o comportamento inibido ao serem ouvidos na presença de terceiros ou dos supostos agressores.

PALESTRANTES - No primeiro dia da capacitação, a juíza auxiliar Sara Fernanda Gama (1ª Vara de Execuções Penais) e o promotor de justiça Cassius Guimarães Chai fizeram uma análise histórica, legislativa e jurisprudencial sobre o tema.

A magistrada falou sobre os métodos já adotados em outros países, a exemplo do Reino Unido, França e Argentina. “Precisamos nos atualizar e seguir as tendências internacionais, na área de Infância e Juventude. Além da capacitação, queremos informar e sensibilizar todos os envolvidos na problemática, de forma a reduzir decisivamente os índices de violência em nosso estado”, orientou.

Na programação, o psicólogo Paulo Guilherme Rodrigues (analista judiciário do TJMA), irá discorrer sobre conceitos e definições do depoimento especial. Jacqueline Brito Oliveira, assistente social da Assembleia Legislativa do Piauí, também falará sobre o tema.

A abertura do evento contou com a participação do secretário-geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), Paulo de Tarso Tamburini. A instituição é parceira da ESMAM na realização do curso.

Amanda Campos

Irma Helenn

Assessoria de Comunicação do TJMA

## Inscrições para casamento comunitário em Carutapera terminam com 157 casais inscritos

09/06/2014

## Inscrições para casamento comunitário em Carutapera terminam com 157 casais inscritos

Um total de 157 casais se inscreveu para o casamento comunitário que a Comarca de Carutapera (538 km da capital) promove no próximo dia 26, a partir das 17h, na Quadra da Cidadania (Avenida Padre Mário Racca, Bairro Perpétuo Socorro). O encerramento das inscrições se deu na última quarta-feira, 04. Os noivos são residentes na sede da comarca (Carutapera) e termo (Luis Domingues). Preside a cerimônia o juiz titular da comarca, Alexandre Antonio José de Mesquita.

Decoração e bolo estão entre os preparativos do casamento que contará ainda com brindes a ser sorteados entre os nubentes e doados por comerciantes locais.

Para o juiz Alexandre Antonio, a realização do casamento comunitário na comarca é de grande importância uma vez que irá possibilitar a muitos casais de Carutapera a devida legalização da união sem qualquer custo aos nubentes, já que todos os atos do casamento comunitário são gratuitos.

Instituído pelo Poder Judiciário do Maranhão em 1999, o Projeto Casamentos Comunitários tem por objetivo facilitar a oficialização da união de casais em todo o estado. Só esse ano, mais de 900 casais já foram beneficiados com a iniciativa.

Marta Barros

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

## **Candidata que teve altura contestada em concurso da PM ganha direito na Justiça**

09/06/2014

Jorge Rachid entendeu que a eliminação da candidata feriu seu direito líquido e certo de prosseguir no concurso (Foto:Ribamar Pinheiro)

Candidata que teve altura contestada em concurso da PM ganha direito na Justiça

Por unanimidade, os desembargadores das Primeiras Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) concederam, em mandado de segurança, o direito de prosseguir no concurso público para soldado da Polícia Militar a uma candidata que havia sido eliminada no teste da altura mínima. O entendimento é de que foi comprovada a medição de 1,60m, garantindo-lhe a concessão.

Segundo o relatório, a candidata foi considerada inapta nos exames médicos e odontológicos, por não ter a altura mínima exigida pela corporação, que é de 1,60m para o sexo feminino. A defesa da postulante disse que o funcionário que fez o exame biométrico afirmou que ela tinha meio centímetro a menos do que o estabelecido. Depois de orientada por um médico a procurar o funcionário para nova medição, ela não teria sido atendida em seu pedido.

A defesa disse que, por meio de liminar, a candidata conseguiu dar prosseguimento a outras etapas do concurso, tendo sido aprovada em todas. Em razão disso, ajuizou mandado de segurança contra o ato supostamente ilegal do secretário de estado da Gestão e Previdência do Maranhão, que a desclassificou.

O Estado do Maranhão apresentou contestação, alegando que a altura mínima exigida para o ingresso na carreira militar (1,60m para mulheres e 1,65m para homens) é prevista em lei e no próprio edital.

DOCUMENTO - O desembargador Jorge Rachid (relator) disse que a previsão encontra fundamento na Lei Estadual nº 6.513/95 - Estatuto dos Policiais Militares do Maranhão. Entretanto, verificou que a autora do mandado de segurança comprovou que possui 1,60m de altura, por meio de documento que não foi contestado pelo Estado e nem pelo secretário.

Dessa forma, o relator entendeu que a eliminação da candidata feriu seu direito líquido e certo de prosseguir no concurso, em nítida afronta aos princípios da isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, segurança jurídica, da boa-fé e da legalidade. Rachid votou pela concessão do pedido. Os demais desembargadores tiveram o mesmo entendimento, de acordo com o parecer da Procuradoria Geral de Justiça. (Processo nº 473312013)

Assessoria de Comunicação do TJMA

[asscom@tjma.jus.br](mailto:asscom@tjma.jus.br)

## **Portaria proíbe a entrada de pessoas armadas no Fórum Sarney Costa**

09/06/2014

Proibida a entrada de pessoas portando armas no fórum

Portaria proíbe a entrada de pessoas armadas no Fórum Sarney Costa

O juiz Osmar Gomes dos Santos, diretor do Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís, publicou uma portaria na qual proíbe o acesso de pessoas armadas às dependências do fórum. A medida, segundo ele, foi motivada pela necessidade de manter a ordem nas dependências da unidade judicial, bem como reprimir quaisquer atos que atentem contra a segurança e integridade de magistrados, servidores e o público em geral, que procura os serviços do Poder Judiciário.

A portaria explica que a medida se estende a policiais civis, militares e federais, exceto àqueles que estejam no exercício da função, fazendo a escolta de presos. Ainda assim, a entrada desses policiais será pelo subsolo II do prédio. “O uso de armas letais, seja branca ou de fogo, de forma generalizada, é fator de constrangimento e intimidação a todo e qualquer ser humano”, destaca Osmar Gomes na portaria.

O documento determina que a guarda policial do fórum exerça o controle e a fiscalização. As pessoas portadoras de armas, inclusive os policiais não compreendidos na exceção mencionada, serão encaminhados à sala própria para fins de deixarem suas armas devidamente sem munição sob custódia provisória da guarda. Essas armas ficarão no setor durante todo o tempo em que o proprietário permanecer nas dependências do fórum.

A portaria versa, ainda, que a custódia e a restituição se dêem mediante recibos, nos quais constarão os elementos mínimos necessários à identificação das armas e de quem as custodiou.

Para fins de comunicação, a diretoria enviou cópias da portaria à Corregedoria Geral da Justiça, ao Tribunal de Justiça, ao Comando Geral da Polícia Militar, à Superintendência da Polícia Federal, à delegada-geral da Polícia Civil, à Secretaria Estadual de Justiça e Administração Penitenciária e ao chefe da Guarda Policial do Fórum Desembargador Sarney Costa.

Michael Mesquita

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça



Presidente do TJMA abre sindicância para apurar suposta irregularidade em obra

A decisão da presidente do TJMA foi encaminhada à Coordenadoria de Processos Administrativos, Disciplinares e Sindicâncias (Foto; Ribamar Pinheiro)

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, determinou nesta sexta-feira (6) a abertura de sindicância para apurar supostas irregularidades nas obras de instalação de quatro elevadores no Fórum de São Luís, noticiadas em blogs da capital, no último dia 3 de junho.

As eventuais irregularidades citadas nos blogs se referem a desvio de verbas por parte da presidência do Tribunal de Justiça, no montante de R\$ 3 milhões, bem como o pagamento antecipado da obra objeto do contrato firmado pela gestão anterior para a aquisição e instalação dos elevadores.

Na decisão, a presidente do TJMA observa, para fins de esclarecimento dos fatos, que “não houve contrato para execução das estruturas metálicas componentes das caixas dos elevadores, cujo serviço estava sendo efetivado por empresa não credenciada para essa finalidade, o que ocasionou a suspensão imediata dos serviços pela atual presidência”.

A decisão foi encaminhada à Coordenadoria de Processos Administrativos, Disciplinares e Sindicâncias para as providências referentes à instauração imediata do procedimento investigatório.

Helena Barbosa  
Assessoria de Comunicação do TJMA  
[asscom@tjma.jus.br](mailto:asscom@tjma.jus.br)  
(98) 3198.4370

## **TJMA recebe visita do secretário-geral da ENFAM**

09/06/2014

O magistrado agradeceu a homenagem do TJMA (Foto: Ribamar Pinheiro)

### **TJMA recebe visita do secretário-geral da ENFAM**

O secretário-geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Magistrados (ENFAM), Paulo de Tarso Tamburini, visitou nesta segunda-feira (9) o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), onde foi recebido pela presidente da Corte, desembargadora Cleonice Freire, na presença do desembargador, Jamil Gedeon, e do juiz auxiliar da Presidência, José Ribamar Castro.

Paulo de Tarso Tamburini – que veio a São Luís participar da abertura do Curso de Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes em Situação de Violência, promovido pela Escola de Magistratura do Maranhão (ESMAM), em parceria com a ENFAM – foi agraciado na ocasião com a Medalha Especial dos 200 Anos do Tribunal de Justiça do Maranhão, entregue pela presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, reconhecimento aos relevantes serviços prestados pelo magistrado à Justiça brasileira

“Me sinto muito honrado em ser homenageado por um Tribunal que, em dois séculos de existência, vem enaltecendo a Justiça e contribuindo para o aperfeiçoamento do Poder Judiciário. Agradeço o gesto da desembargadora Cleonice Freire e reafirmo meu profundo respeito à Corte maranhense de Justiça pelo seu trabalho em prol da cidadania”, ressaltou Tamburini.

CURSO – Juntamente com o desembargador Jamil Gedeon (Coordenador da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça), Paulo de Tarso Tamburini, abriu oficialmente nesta segunda-feira, às 8 horas, na ESMAM, o Curso de Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes em Situação de Violência, que conta com a participação de magistrados da área de Infância e Juventude do Judiciário do Maranhão.

O objetivo é capacitar os magistrados na coleta adequada de depoimento especial de crianças e adolescentes em situação de violência, por meio de métodos adequados que viabilizem maior responsabilização dos réus e contribuam significativamente para a redução de crimes de violência contra as vítimas em questão.

O curso tem como ministrantes o desembargador José Antônio Daltoé Cezar (TJRS); as juízas Karla Jeane Matos de Carvalho (Coordenadoria da Infância e Juventude do TJMA) e Sara Fernanda Gama; o promotor de justiça Cassius Guimarães Chai; o psicólogo Paulo Guilherme Rodrigues (analista judiciário do TJMA); e Jacqueline Brito Oliveira (secretária municipal de Assistência Social do município de Coelho Neto (MA) – CRAS).

Assessoria de Comunicação do TJMA

## **Acusado de tentativa de homicídio é condenado em Riachão**

09/06/2014

### Acusado de tentativa de homicídio é condenado em Riachão

O juiz Alessandro Arrais Pereira, titular de Riachão, presidiu uma sessão do Tribunal do Júri na comarca, na última sexta-feira (6). No banco dos réus, Soannes Henrique dos Santos Mourão, acusado de crime de tentativa de homicídio praticado contra Pedro Rodrigues dos Santos. O acusado foi considerado culpado e recebeu a pena de 8 anos e um mês de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime fechado.

Na denúncia, Soannes Henrique, conhecido pelo apelido de “Raposão”, teria tentado matar Pedro Rodrigues em dezembro de 2012, com um golpe de madeira, em frente à Boate Sklibu. Durante o julgamento, o conselho de sentença confirmou a autoria e rejeitou a tese da defesa em tentar desclassificar o crime de tentativa de homicídio para lesão corporal grave.

De acordo com a sentença proferida pelo magistrado, após o trânsito em julgado Soannes será encaminhado à Unidade Prisional de Balsas. A secretaria judicial ainda vai proceder ao cálculo de detração da pena porque o sentenciado estava preso preventivamente. O juiz negou o direito de Soannes recorrer em liberdade.

Michael Mesquita

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça

## GREVE TERMINA COM AUMENTO DE PASSAGENS EM SÃO LUÍS

A greve dos rodoviários chega ao fim em São Luís após 16 dias; todos os níveis de passagens serão reajustados em R\$ 0,30 na capital; a Justiça determinou reajuste salarial e do vale-alimentação a rodoviários; o Ministério Público pede que a Prefeitura de São Luís promova a imediata deflagração do processo licitatório das linhas de transporte urbano, além da adoção de medidas para combater as fraudes ocorridas pelo uso ilícito do cartão de transporte de passageiros não inclusos no benefício

Maranhão 247 - A greve dos rodoviários de São Luís chegou ao fim após a segunda audiência de conciliação mediada pelo Tribunal Regional do Trabalho no Maranhão (TRT-MA) entre Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários no Estado do Maranhão (Sttrema), Sindicato das Empresas de Transporte (SET) e Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte (SMTT). A Justiça determinou o reajuste salarial de 7,8%, além do vale-alimentação, em 9,6%. Os valores das passagens de ônibus também serão reajustados em todos os níveis em R\$ 0,30.

Com o aumento de R\$ 0,30, as passagens mais baratas deixam de custar R\$ 1,30 e passam a R\$ 1,60. As mais caras saem dos R\$ 2,10 e ficam em R\$ 2,40. Além disso, as empresas de ônibus terão que colocar nas ruas 250 ônibus novos, o mais rápido possível. O objetivo é justificar aos usuários o aumento nos preços das passagens. Nesta sexta-feira (6), a Justiça acolheu a ação de execução proposta pelo Ministério Público na 4ª Vara da Fazenda Pública contra a Prefeitura de São Luís para o cumprimento de acordo que determinou o equilíbrio econômico-financeiro do Sistema de Transporte Coletivo.

Na execução, o MPMA requereu à Justiça que o município de São Luís seja obrigado a promover o equilíbrio econômico-financeiro do sistema de transporte Coletivo, mediante o repasse, até o dia 5 de cada mês, do prejuízo, a ser apurado mensalmente pelo Sindicato das Empresas de Transporte (SET) e Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte (SMTT).

O Ministério Público pede que a Prefeitura de São Luís promova a imediata deflagração do processo licitatório das linhas de transporte urbano, além da adoção de medidas para combater as fraudes ocorridas pelo uso ilícito do cartão de transporte de passageiros não inclusos no benefício.

Em entrevista coletiva realizada nesta manhã, a promotora do Consumidor, Lítia Cavalcante afirmou que todos os prazos dados à prefeitura são imediatos. "Cabe multa de R\$ 20 mil por dia em caso de descumprimento, além de outros recursos que podem ser utilizados no momento adequado. Não há prazos numéricos ainda, mas todos serão imediatos", declarou.

### Greve

A greve dos rodoviários chega ao fim em São Luís após 16 dias. O movimento foi iniciado no dia 22 de maio quando, apesar da mediação do Ministério Público do Trabalho (MPT-MA), não houve consenso sobre o percentual de reajuste solicitado pelos trabalhadores, que inicialmente era de 16% e chegou a cair para 9%. Durante reunião realizada na terça-feira (3), os rodoviários decidiram cumprir a determinação da Justiça do Trabalho e voltar disponibilizar 70% da frota, que havia sido retirada totalmente das ruas no dia 27. Além do retorno parcial às ruas, os trabalhadores aprovaram a proposta de um reajuste inicial de 7% em seus vencimentos e que não teriam descontados os dias em que paralisaram completamente as atividades.

## **Novo método para coleta de depoimento de crianças**

Magistrados da área de Infância e Juventude do Judiciário maranhense participam nos dias 9, 10 e 11 deste mês do Curso sobre Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes em Situação de Violência.

O objetivo é capacitar os magistrados na coleta adequada de depoimento especial de crianças e adolescentes em situação de violência, por meio de métodos adequados que viabilizem maior responsabilização dos réus e contribuam significativamente para a redução de crimes de violência contra as vítimas em questão.

O curso terá como ministrantes o desembargador José Antônio Daltoé Cezar (TJRS); as juízas Karla Jeane Matos de Carvalho (Coordenadoria da Infância e Juventude do TJMA) e Sara Fernanda Gama; o psicólogo Paulo Guilherme Rodrigues (analista judiciário do TJMA); e Jacqueline Brito Oliveira (secretária municipal de Assistência Social do município de Coelho Neto (MA) - CRAS).

## **Método especial de coleta de depoimento de crianças**

Práticas especiais para tomada de depoimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência estão sendo apresentadas para juízes maranhenses da Infância e Juventude, na Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM), até quarta-feira (11). O método já é utilizado no Estado - em Coelho Neto e Imperatriz - e será expandido para mais nove comarcas polo.

O trabalho consiste na oitiva protegida de crianças vítimas de violência sexual em local onde elas são assistidas por profissionais treinados e permanecem fora da sala de audiência, sendo ouvidas por meio de equipamento de teleconferência. O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) foi o segundo a desenvolver a experiência, no país. O primeiro espaço equipado para oferecer atendimento especializado na escuta de crianças e adolescentes no Estado foi instalado no Fórum Desembargador Sarney Costa, em maio, pela presidente do Tribunal, desembargadora Cleonice Silva Freire.

De acordo com dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), publicados na Cartografia Nacional das Experiências Alternativas de Tomada de Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes em Processos Judiciais no Brasil (2013), existem pelo menos 40 salas especiais em funcionamento em 15 unidades da Federação, para colher depoimento de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, de forma a impedir que estas revivam o trauma sofrido.

## **Candidata eliminada por altura retoma seletivo da PM**

Por unanimidade, os desembargadores das Primeiras Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) concederam, em mandado de segurança, o direito de prosseguir no concurso público para soldado da Polícia Militar a uma candidata que havia sido eliminada no teste da altura mínima. O entendimento é de que foi comprovada a medição de 1,60m, garantindo-lhe a concessão.

Segundo o relatório, a candidata foi considerada inapta nos exames médicos e odontológicos, por não ter a altura mínima exigida pela corporação, que é de 1,60m para o sexo feminino. A defesa da postulante disse que o funcionário que fez o exame biométrico afirmou que ela tinha meio centímetro a menos do que o estabelecido. Depois de orientada por um médico a procurar o funcionário para nova medição, ela não teria sido atendida em seu pedido.

A defesa disse que, por meio de liminar, a candidata conseguiu dar prosseguimento a outras etapas do concurso, tendo sido aprovada em todas. Em razão disso, ajuizou mandado de segurança contra o ato supostamente ilegal do secretário de estado da Gestão e Previdência do Maranhão, que a desclassificou.

O Estado do Maranhão apresentou contestação, alegando que a altura mínima exigida para o ingresso na carreira militar (1,60m para mulheres e 1,65m para homens) é prevista em lei e no próprio edital.

## **Acusado de tentativa de homicídio é condenado em Riachão**

*O juiz Alessandro Arrais Pereira, titular de Riachão, presidiu uma sessão do Tribunal do Júri na comarca, na última sexta-feira (6). No banco dos réus, Soannes Henrique dos Santos Mourão, acusado de crime de tentativa de homicídio praticado contra Pedro Rodrigues dos Santos. O acusado foi considerado culpado e recebeu a pena de 8 anos e um mês de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime fechado.*

*Na denúncia, Soannes Henrique, conhecido pelo apelido de "Raposão", teria tentado matar Pedro Rodrigues em dezembro de 2012, com um golpe de madeira, em frente à Boate Sklibu. Durante o julgamento, o conselho de sentença confirmou a autoria e rejeitou a tese da defesa em tentar desclassificar o crime de tentativa de homicídio para lesão corporal grave.*

*De acordo com a sentença proferida pelo magistrado, após o trânsito em julgado Soannes será encaminhado à Unidade Prisional de Balsas. A secretaria judicial ainda vai proceder ao cálculo de detração da pena porque o sentenciado estava preso preventivamente. O juiz negou o direito de Soannes recorrer em liberdade.*



## **Escola judicial treina magistrados para ouvir crianças vítimas de violência**

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão - 6 horas atrás

Tão delicado quanto os casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes é ouvir as vítimas dessas formas de violência. E para preparar os juízes a realizar adequadamente esses depoimentos, no curso de processos judiciais, a Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam) reuniu cerca de 40 magistrados com atuação na área do Direito de Família e Infância e Juventude, para treiná-los a aplicar os métodos apropriados na oitiva de crianças.

Essa forma de depoimento mais humanizado e ágil que está sendo discutido no curso, é uma recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), na busca de evitar maiores danos psicológicos, por conta de depoimentos repetidos sobre os fatos.

"Queremos evitar que a criança sofra mais, tendo que contar sobre a violência que viveu ou presenciou, em vários depoimentos que precisa prestar: no posto médico, quando busca atendimento de saúde, nas delegacias e no Judiciário. A metodologia para o depoimento especial, a qual os magistrados deverão seguir, extingue ou reduz ao máximo, o dano que seria causado pela formalidade do ato judicial", destacou o desembargador Jamil Gedeon, presidente da Coordenadoria de Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

Além da técnica e método para o magistrado ouvir crianças e adolescentes vítimas de violência, o treinamento demonstra também a importância das salas de depoimento especiais. No Maranhão, as comarcas de Coelho Neto, Imperatriz e São Luís já dispõem de estrutura e equipe interdisciplinar (com assistentes sociais e psicólogo em apoio ao magistrado) para oitiva adequada dessas vítimas. Mais dez comarcas receberão instalações para o depoimento especial.

**TREINAMENTO** - O curso, certificado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), embasa conceitualmente o magistrado e o sensibiliza quanto ao fluxo de atendimento nos casos de violência envolvendo crianças e adolescentes, tanto quando figuram como vítimas direta, quanto como testemunhas no âmbito da violência doméstica e familiar.

A juíza Sara Fernanda Gama, do TJMA, uma das palestrantes do treinamento, destacou sua experiência com depoimento especial e identificou que essa metodologia pode ser ampliada aos casos que envolvam violência contra a mulher. "O que se propõe é um depoimento humanizado, uma metodologia humanizada, que leve em consideração os traumas psicológicos das vítimas ou testemunhas. Já tive casos de violência contra a mulher em que pude utilizar coleta de depoimento especial, em uma sala reservada, longe do agressor", explicou a magistrada.

O desembargador José Antonio Daltoé Cezar, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, autor de obras sobre o depoimento sem dano; a magistrada Karla Jeane Matos de Carvalho - juíza da coordenadoria de Infância e Juventude do TJMA; o promotor de justiça Cassius Guimarães Chai; a assistente social Jacqueline Brito Oliveira e Paulo Guilherme Siqueira Rodrigues, analista judiciário psicólogo do TJMA, são os facilitadores desse treinamento.

Ao final do curso (11 de junho), os magistrados deverão enviar, por meio eletrônico, o trabalho acadêmico que avaliará o aproveitamento deles, para a plataforma eadenfam.stj.jus.br, acessada a partir de login e senha do magistrado.

"Estamos fazendo uma mudança de paradigma para que possamos ter um juiz bem formado para atender ao perfil da magistratura. Queremos ter em cada colega um aliado, para fornecermos sempre uma melhor prestação jurisdicional, e isso começa com a qualificação da magistratura", afirmou o secretário-geral da Enfam, Paulo de Tarso Tamburini.

Comunicação ESMAM

## **Inscrições para casamento comunitário em Carutapera terminam com 157 casais inscritos**

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão - 8 horas atrás

Um total de 157 casais se inscreveu para o casamento comunitário que a Comarca de Carutapera (538 km da capital) promove no próximo dia 26, a partir das 17h, na Quadra da Cidadania (Avenida Padre Mário Racca, Bairro Perpétuo Socorro). O encerramento das inscrições se deu na última quarta-feira, 04. Os noivos são residentes na sede da comarca (Carutapera) e termo (Luis Domingues). Preside a cerimônia o juiz titular da comarca, Alexandre Antonio José de Mesquita.

Decoração e bolo estão entre os preparativos do casamento que contará ainda com brindes a ser sorteados entre os nubentes e doados por comerciantes locais.

Para o juiz Alexandre Antonio, a realização do casamento comunitário na comarca é de grande importância uma vez que irá possibilitar a muitos casais de Carutapera a devida legalização da união sem qualquer custo aos nubentes, já que todos os atos do casamento comunitário são gratuitos.

Instituído pelo Poder Judiciário do Maranhão em 1999, o Projeto Casamentos Comunitários tem por objetivo facilitar a oficialização da união de casais em todo o estado. Só esse ano, mais de 900 casais já foram beneficiados com a iniciativa.

Marta Barros

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão [asscom\\_cgj@tjma.jus.br](mailto:asscom_cgj@tjma.jus.br) [www.facebook.com/cgjma](http://www.facebook.com/cgjma)

## **Candidata que teve altura contestada em concurso da PM ganha direito na Justiça**

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão - 5 horas atrás

Jorge Rachid entendeu que a eliminação da candidata feriu seu direito líquido e certo de prosseguir no concurso (Foto:Ribamar Pinheiro)

Por unanimidade, os desembargadores das Primeiras Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) concederam, em mandado de segurança, o direito de prosseguir no concurso público para soldado da Polícia Militar a uma candidata que havia sido eliminada no teste da altura mínima. O entendimento é de que foi comprovada a medição de 1,60m, garantindo-lhe a concessão.

Segundo o relatório, a candidata foi considerada inapta nos exames médicos e odontológicos, por não ter a altura mínima exigida pela corporação, que é de 1,60m para o sexo feminino. A defesa da postulante disse que o funcionário que fez o exame biométrico afirmou que ela tinha meio centímetro a menos do que o estabelecido. Depois de orientada por um médico a procurar o funcionário para nova medição, ela não teria sido atendida em seu pedido.

A defesa disse que, por meio de liminar, a candidata conseguiu dar prosseguimento a outras etapas do concurso, tendo sido aprovada em todas. Em razão disso, ajuizou mandado de segurança contra o ato supostamente ilegal do secretário de estado da Gestão e Previdência do Maranhão, que a desclassificou.

O Estado do Maranhão apresentou contestação, alegando que a altura mínima exigida para o ingresso na carreira militar (1,60m para mulheres e 1,65m para homens) é prevista em lei e no próprio edital.

DOCUMENTO - O desembargador Jorge Rachid (relator) disse que a previsão encontra fundamento na Lei Estadual nº 6.513/95 Estatuto dos Policiais Militares do Maranhão. Entretanto, verificou que a autora do mandado de segurança comprovou que possui 1,60m de altura, por meio de documento que não foi contestado pelo Estado e nem pelo secretário.

Dessa forma, o relator entendeu que a eliminação da candidata feriu seu direito líquido e certo de prosseguir no concurso, em nítida afronta aos princípios da isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, segurança jurídica, da boa-fé e da legalidade. Rachid votou pela concessão do pedido. Os demais desembargadores tiveram o mesmo entendimento, de acordo com o parecer da Procuradoria Geral de Justiça. (Processo nº 473312013)

Assessoria de Comunicação do TJMA

## **Presidente do TJMA abre sindicância para apurar suposta irregularidade em obra**

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão - 3 dias atrás

A decisão da presidente do TJMA foi encaminhada à Coordenadoria de Processos Administrativos, Disciplinares e Sindicâncias (Foto; Ribamar Pinheiro)

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, determinou nesta sexta-feira (6) a abertura de sindicância para apurar supostas irregularidades nas obras de instalação de quatro elevadores no Fórum de São Luís, noticiadas em blogs da capital, no último dia 3 de junho.

As eventuais irregularidades citadas nos blogs se referem a desvio de verbas por parte da presidência do Tribunal de Justiça, no montante de R\$ 3 milhões, bem como o pagamento antecipado da obra objeto do contrato firmado pela gestão anterior para a aquisição e instalação dos elevadores.

Na decisão, a presidente do TJMA observa, para fins de esclarecimento dos fatos, que não houve contrato para execução das estruturas metálicas componentes das caixas dos elevadores, cujo serviço estava sendo efetivado por empresa não credenciada para essa finalidade, o que ocasionou a suspensão imediata dos serviços pela atual presidência.

A decisão foi encaminhada à Coordenadoria de Processos Administrativos, Disciplinares e Sindicâncias para as providências referentes à instauração imediata do procedimento investigatório.

Helena Barbosa

Assessoria de Comunicação do TJMA [asscom@tjma.jus.br](mailto:asscom@tjma.jus.br)

## **TJMA recebe visita do secretário-geral da ENFAM**

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão - 4 horas atrás

O magistrado agradeceu a homenagem do TJMA (Foto: Ribamar Pinheiro)

O secretário-geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Magistrados (ENFAM), Paulo de Tarso Tamburini, visitou nesta segunda-feira (9) o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), onde foi recebido pela presidente da Corte, desembargadora Cleonice Freire, na presença do desembargador, Jamil Gedeon, e do juiz auxiliar da Presidência, José Ribamar Castro.

Paulo de Tarso Tamburini que veio a São Luís participar da abertura do Curso de Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes em Situação de Violência, promovido pela Escola de Magistratura do Maranhão (ESMAM), em parceria com a ENFAM foi agraciado na ocasião com a Medalha Especial dos 200 Anos do Tribunal de Justiça do Maranhão, entregue pela presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, reconhecimento aos relevantes serviços prestados pelo magistrado à Justiça brasileira

Me sinto muito honrado em ser homenageado por um Tribunal que, em dois séculos de existência, vem enaltecendo a Justiça e contribuindo para o aperfeiçoamento do Poder Judiciário. Agradeço o gesto da desembargadora Cleonice Freire e reafirmo meu profundo respeito à Corte maranhense de Justiça pelo seu trabalho em prol da cidadania, ressaltou Tamburini.

CURSO Juntamente com o desembargador Jamil Gedeon (Coordenador da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça), Paulo de Tarso Tamburini, abriu oficialmente nesta segunda-feira, às 8 horas, na ESMAM, o Curso de Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes em Situação de Violência, que conta com a participação de magistrados da área de Infância e Juventude do Judiciário do Maranhão.

O objetivo é capacitar os magistrados na coleta adequada de depoimento especial de crianças e adolescentes em situação de violência, por meio de métodos adequados que viabilizem maior responsabilização dos réus e contribuam significativamente para a redução de crimes de violência contra as vítimas em questão.

O curso tem como ministrantes o desembargador José Antônio Daltoé Cezar (TJRS); as juízas Karla Jeane Matos de Carvalho (Coordenadoria da Infância e Juventude do TJMA) e Sara Fernanda Gama; o promotor de justiça Cassius Guimarães Chai; o psicólogo Paulo Guilherme Rodrigues (analista judiciário do TJMA); e Jacqueline Brito Oliveira (secretária municipal de Assistência Social do município de Coelho Neto (MA) CRAS).

Assessoria de Comunicação do TJMA [asscom@tjma.jus.br](mailto:asscom@tjma.jus.br)

## Servidores do polo de Caxias recebem crachás funcionais

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão - 9 horas atrás

A Diretoria de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) realiza nesta segunda (2), o procedimento para confecção de crachás de identificação funcional para todos os servidores do polo de Caxias.

O polo abrange as comarcas de Codó, Coelho Neto, Coroatá, Igarapé Grande, Pedreiras, Poção de Pedras, São Mateus, Timbiras e Timon. Os servidores de Aldeias Altas e São João do Sóter (termos judiciários de Caxias) também receberão seus crachás.

Os crachás possuem chip eletrônico e numeração única, trazendo nome, foto, cargo e foto do servidor. Eles são confeccionados em cartão magnético, conforme Manual de Identidade Visual elaborado pela Assessoria de Comunicação do Tribunal. Mais informações pelo telefone (98) 3198-4423.

Assessoria de Comunicação do TJMA

## **Acusado de tentativa de homicídio é condenado em Riachão**

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão - 9 horas atrás

O juiz Alessandro Arrais Pereira, titular de Riachão, presidiu uma sessão do Tribunal do Júri na comarca, na última sexta-feira (6). No banco dos réus, Soannes Henrique dos Santos Mourão, acusado de crime de tentativa de homicídio praticado contra Pedro Rodrigues dos Santos. O acusado foi considerado culpado e recebeu a pena de 8 anos e um mês de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime fechado.

Na denúncia, Soannes Henrique, conhecido pelo apelido de Raposão, teria tentado matar Pedro Rodrigues em dezembro de 2012, com um golpe de madeira, em frente à Boate Sklibu. Durante o julgamento, o conselho de sentença confirmou a autoria e rejeitou a tese da defesa em tentar desclassificar o crime de tentativa de homicídio para lesão corporal grave.

De acordo com a sentença proferida pelo magistrado, após o trânsito em julgado Soannes será encaminhado à Unidade Prisional de Balsas. A secretaria judicial ainda vai proceder ao cálculo de detração da pena porque o sentenciado estava preso preventivamente. O juiz negou o direito de Soannes recorrer em liberdade.

Michael Mesquita

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça [asscom\\_cgj@tjma.jus.br](mailto:asscom_cgj@tjma.jus.br) [www.facebook.com/cgjma](http://www.facebook.com/cgjma)



## **Corregedoria da Justiça abre inscrições para casamentos comunitários em São Luís**

Publicado em Cidades Segunda, 09 Junho 2014 11:54

A Corregedoria da Justiça do Maranhão abre inscrições para o casamento comunitário do Município de São Luís, que será realizado no 26 de julho, em local a ser definido. Os interessados em participar deverão ligar gratuitamente para o Telejudiciário (0800-707-1581) a partir desta terça-feira (10), para agendar o dia, local e horário de seu atendimento. As inscrições seguem até o dia 27 de junho ou até alcançar a meta de 1500 casais inscritos. Podem se inscrever somente pessoas que comprovadamente moram em São Luís. O agendamento pode ser feito das 8h às 18h, exceto nos dias de jogos do Brasil, em que o Telejudiciário funcionará somente até as 12h. O não comparecimento obriga os interessados a fazer novo agendamento, se ainda estiver no período estabelecido, ou ainda existir vaga. A Coordenadoria das Serventias esclarece que o agendamento pelo Telejudiciário é obrigatório e que somente serão recebidos nos postos de atendimento os casais que fizerem a marcação. A Coordenadoria também alerta para a necessidade de apresentação das testemunhas e dos documentos para realização da inscrição, que deverão ser entregues somente no dia e local agendado. A lista da documentação, conforme a situação dos noivos, segue no quadro abaixo.